



Município de Valpaços

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

Ex.^{mos} Senhores

AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA, LDA.

Largo da Estação

5400 – 231 CHAVES

V/Referência

V/Comunicação de

N/Referência

Data

ASSUNTO: Convite para apresentação de proposta no âmbito do procedimento de AJUSTE DIRETO para prestação de serviços - Aquisição de serviços de transportes escolares dos alunos dos circuitos de carreira pública (passes escolares), relativamente ao ano letivo 2016/2017.

Pelo presente, convida-se Vossa Ex.^a a apresentar uma proposta tendo em vista a prestação de serviços em regime de avença na área do Município de Valpaços.

Para o efeito, junto se envia o "Caderno de Encargos" que contém as condições a observar na apresentação da aludida proposta.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara

Dr. Amílcar Castro de Almeida



19-09-2016

TOMEI CONHECIMENTO

O Diretor de Departamento

CN/



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

Aut. Valpaços

CADERNO DE ENCARGOS

1- OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. O objeto da presente prestação de serviços de **PASSES ESCOLARES** para o ano letivo 2016/2017, até 31 de julho de 2017, em conformidade com o Plano de Transportes Escolares.
2. O preço base para a prestação de serviços objeto do presente procedimento é de **€164.304,50 (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e quatro euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.**

2 – ELEMENTOS A INDICAR OBRIGATORIAMENTE NA PROPOSTA

Preço total com indicação expressa da não inclusão do IVA.

3 – DOCUMENTOS EXIGIDOS

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada, e devidamente assinada pela entidade convidada a apresentar proposta ou por representante legalmente autorizado;
- Fotocópia (frente e verso) do cartão de pessoa coletiva e, sendo sociedade, certidão de registo comercial ou entrega do código de acesso à certidão permanente;
- Certificado de registo criminal de pessoa coletiva ou dos titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva;
- Documento comprovativo de se encontrarem regularizadas as contribuições para a Segurança Social;
- Documento comprovativo de se encontrarem regularizada a situação tributária relativamente a impostos devidos em Portugal.

4 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão processados mediante a apresentação de faturas mensais, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito.
2. As faturas serão pagas no prazo de 60 dias, contados a partir da sua receção na Câmara Municipal de Valpaços.



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

5 – PRAZO DE ENTREGA E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta e os demais documentos poderão ser remetidos pelo correio, ou entregues pessoalmente na Câmara Municipal de Valpaços, sita na Av.ª Dona Maria do Carmo Carmona, 5430 – 482 Valpaços, até às 17.00 horas do dia 22 de setembro de 2017.

6 – DURAÇÃO DO CONTRATO

1. A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executada no ano letivo 2016/2017, sendo o seu início coincidente com o 1º dia letivo e até 31 de julho de 2017.
2. A prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos.

Paços do Concelho de Valpaços, 19 de setembro de 2016.

O Presidente da Câmara

Dr. Amílcar Castro de Almeida



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

Feitor

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO

1 — _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento " _____ ", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a)
- b)
- c)
- d)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º